

**18° Congresso Brasileiro de Sociologia**

**26 a 29 de Julho de 2017, Brasília (DF)**

**GT 35 Juventudes, Velhices e Construções Identitárias**

**Trajetórias da velhice contemporânea: novas relações entre as gerações em contexto de mudanças no trabalho e na proteção social**

***Josimara Delgado***

***UFBA - Universidade Federal da Bahia***

## **I INTRODUÇÃO**

Nessa comunicação, parto de dados obtidos em algumas pesquisas que venho coordenando acerca da temática das relações existentes entre trabalho, proteção social, família e relações entre as gerações a partir da experiência das pessoas mais velhas. A discussão será feita a partir de achados oriundos das pesquisas realizadas no âmbito do grupo de pesquisa *Desigualdades Sociais, Políticas Públicas e Serviço Social* (UFBA/CNPq), no ano de 2016, os quais permitem identificar um panorama de questões relativas à proteção social ao idoso no Brasil, por meio de pesquisas em Salvador. São trabalhos que se dedicaram a conhecer a realidade dos serviços prestados na cidade, realizando pesquisas documentais e institucionais, bem como entrevistas com os usuários — essas trazem, sempre, um registro sobre a questão das gerações, como tema necessário para pensarmos a proteção social no Brasil.

## **II VELHICE, GERAÇÕES E PROTEÇÃO SOCIAL NO BRASIL**

### **2.1. Discutindo sobre políticas públicas, famílias e relações intergeracionais**

As dinâmicas familiares se alteraram muito nas últimas décadas, sobretudo a partir da vigência, em nível global de alguns processos como a precarização do trabalho, as mudanças nos sistemas de proteção social no sentido da adoção de políticas neoliberais, as mudanças sócio-culturais que afetam as expectativas e papéis construídos, destacando-se processos de individualização. Tais mudanças chegaram a ser compreendidas como uma crise da família, que aparentemente, não conseguiria lidar com dados como a baixa taxa de fecundidade, o aumento da esperança de vida e da população idosa, com a generalização da prática do divórcio. Na verdade, o que se deu não se trata de uma crise, mas da construção de novos arranjos familiares a partir de mudanças significativas nas relações de gênero, bem como nos

contratos públicos e privados entre as gerações. Um importante eixo desse debate é, sem dúvida, o enfoque na dimensão geracional que vem sendo tomado como referência para se pensar as políticas de proteção social, sobretudo em função de problemas como a pobreza e as projeções demográficas acerca do envelhecimento populacional (ATTIAS-DONFUT, 1991). Esse enfoque inclui abordagens distintas, voltadas para a questão da equidade como justiça distributiva entre gerações ou baseada na questão da solidariedade pública e privada a partir dos contratos políticos e morais estabelecidos em sociedade. Sugere-se a existência da formação de um campo de conflitos geracionais acerca da distribuição de recursos e do enfraquecimento dos pactos solidários em função de questões sócio-culturais e políticas como a pobreza, o individualismo e o enfraquecimento dos sistemas públicos de proteção social (GOLDANI, 2002).

No Brasil, as análises lidam basicamente com os mesmos parâmetros, registrando-se uma tendência ao destaque da importância das solidariedades familiares, pensando-se em termos de transferências de rendas e outras formas de trocas (CAMARANO, 2003). Mas são também consideradas aquelas mudanças e possibilidades de conflitos num cenário de empobrecimento, instabilidade das relações e condições de trabalho. Nesse quadro complexo, as pesquisas antropológicas têm dado importante contribuição para a compreensão das relações familiares em segmentos distintos da população, destacando os significados presentes na vivência da dinâmica familiar em contextos específicos de relações sociais. A consideração da heterogeneidade da família em meios urbanos, destacando as dimensões de classe, gênero, etnia e gerações presentes na definição dos princípios e relações que a caracterizam na contemporaneidade tem sido fundamental na construção de um debate mais ampliado sobre essa temática, para além dos recorrentes enfoques na questão da distribuição de recursos.

A particularidade da experiência familiar na classe trabalhadora, por exemplo, é uma importante contribuição dessa literatura. Os estudos ajudam a compreender as formas específicas de trocas entre as gerações nesse universo social, destacando certos traços de suas práticas e representações.

Os estudos de Cynthia Sarti e Simoni Guedes mostram que a obrigação da ajuda e da reciprocidade, criando redes de parentesco e vizinhança baseadas no compromisso mútuo com a ajuda e a solidariedade aparece como um valor, um código importante para a reprodução material e simbólica do trabalhador e sua família. Cynthia Sarti (SARTI, 1996) destaca a especificidade do modelo da família dos trabalhadores, como sendo dada pelo fato da família ser um valor moral, centrado no princípio da reciprocidade e em que o todo da família e da parentela predominam sobre os indivíduos. O trabalho de Simoni Guedes (GUEDES, 1998) mostra que a categoria ajuda é fundamental no universo dos trabalhadores urbanos como meio de definir os próprios laços de parentesco e a vinculação a uma parentela. É pertinente aí a idéia de que, na classe trabalhadora, o movimento de nuclearização das famílias urbanas é envolvido numa rede de parentela extensa baseada na circulação e sustentada pela moral da reciprocidade.

Tanto nos estudos sobre a velhice quanto nos que tratam a respeito da juventude, bem como naqueles que se centram nas classes populares quanto nas médias, uma tendência é apontada como eixo das relações entre as gerações na família: o prolongamento da coresidência familiar e o adiamento do ingresso na vida adulta por meio do casamento, da estabilidade profissional, da residência autônoma, do casamento. Esse contexto tem suscitado estudos sobre os efeitos dessa tendência nas dinâmicas familiares, quer do ponto de vista das trocas materiais, num momento de crise do emprego e de redução da proteção social no Brasil, quer do ponto de vista das trocas afetivas e simbólicas. Essa situação trouxe um incremento para as interações familiares e as responsabilidades no tocante à prestação de serviços no âmbito da rede de parentesco. A reafirmação das solidariedades intergeracionais, com a persistência da circulação de bens e serviços tem sido articulada à individualização na família.

Uma importante discussão em torno da questão das gerações na contemporaneidade encontra-se no debate sobre a solidariedade intergeracional. Na sociedade contemporânea, o tema das relações e solidariedades intergeracionais se torna central, em função principalmente das mudanças demográficas que revelam o aumento da longevidade e do

contingente de idosos, bem como da crise dos Estados de Bem-Estar que questiona os fundamentos da proteção social pública. O debate tem se dado, mundialmente, sob a tônica do risco financeiro representado pelo envelhecimento populacional. Se opõe a essa visão, a compreensão de que os regimes de aposentadoria estabelecem, no mundo ocidental, um contrato público de solidariedade entre gerações que diz respeito a interesses e valores coletivos mais amplos, não ligados só aos velhos, mas à formação de uma esfera moral de solidariedade no mundo do trabalho e no âmbito do Estado (SIMÕES, 2000).

A obra organizada por Attias-Donfut (ATTIAS-DONFUT, 1995) é uma importante referência na recuperação desse debate, ao reunir autores de diversos países em torno da questão das relações entre os circuitos público e privado de trocas entre as gerações. Um argumento central dos textos se constroi em torno da crise do Estado de Bem Estar europeu e sua relação com o desmonte de um pacto intergeracional público garantido por esse Estado e sustentado, sobretudo, pela Previdência Social.

No Brasil, o tema da solidariedade intergeracional foi explorado nos estudos Júlio Assis Simões (SIMÕES, 1998, 2000), sobretudo no sentido indicado por Martin Kohli (KOHLI, 1995), qual seja, o de que a proteção social é expressão de um contrato público de solidariedade entre as gerações, não apenas por gerir riscos sociais e racionalizar o mercado, mas sobretudo porque se baseia numa legitimidade posta pela moral coletiva, aproximando-se do conceito de economia moral de E. P. Thompson que sugere, justamente, a importância do consenso popular acerca da validade de uma prática social. Estudando os movimentos de aposentados, sobretudo por meio de entrevistas com os próprios militantes, os trabalhos do autor mostram a importância dos aposentados nos processos de transferências materiais para as gerações mais jovens, bem como dos movimentos de aposentados para a questão da proteção social. Nesse último caso, o autor defende que tais movimentos lutaram e lutam por um bem coletivo, uma conquista social, a aposentadoria, cujo desmantelamento incide sobre o conjunto da sociedade.

Ana Maria Goldani integra esse debate, discutindo, especialmente em alguns trabalhos (GOLDANI, 2002), “o vínculo entre as relações intergeracionais e a reconstrução do Estado de Bem Estar Social no Brasil” (GOLDANI, 2002, p. 214). A autora situa a existência de uma discussão, no Brasil, em torno da questão das relações intergeracionais na qual existiriam dois pressupostos por ela questionados: a existência de um emergente conflito de gerações caracterizado pela disputa de recursos entre grupos etários, especialmente crianças e idosos, e a naturalização e idealização da família e das trocas entre as gerações em seu interior, de modo a desconsiderar o aspecto de gênero dessas trocas. Goldani controla sua argumentação, discutindo as relações entre um contrato formal de solidariedade intergeracional estabelecido pela política social, sobretudo a previdenciária, e um contrato informal, vivenciado no interior das famílias e negociado segundo suas normas e valores. Nesse sentido, uma importante contribuição da autora tem sido no sentido de questionar as políticas sociais e as análises econômicas feitas no Brasil as quais, segundo ela, negligenciam a questão fundamental dos custos do cuidado com os dependentes que ficam a cargo da família, enfocando apenas nos gastos do Estado, sempre considerados altos. Mais uma vez aqui, segundo Goldani, há a suposição de que as famílias e, principalmente as mulheres, prestam serviços sociais gratuitos cujos custos não precisam ser considerados nos diagnósticos e análises que embasam o desenvolvimento das políticas.

As colocações de Goldani são importantes sobretudo diante de uma tendência das relações entre as gerações na família brasileira: o prolongamento da co-residência familiar e o adiamento do ingresso na vida adulta por meio do casamento, da estabilidade profissional, da residência autônoma, do casamento. Esse contexto tem suscitado estudos sobre os efeitos dessa tendência nas dinâmicas familiares, quer do ponto de vista das trocas materiais, num momento de crise do emprego e de redução da proteção social no Brasil, quer do ponto de vista das trocas afetivas e simbólicas. Essa situação trouxe um incremento para as interações familiares e as responsabilidades no tocante à prestação de serviços no âmbito da rede de parentesco. A reafirmação das solidariedades intergeracionais, com a

persistência da circulação de bens e serviços tem sido articulada à individualização na família. Nesse contexto, as análises apontam, tanto para a tendência de reforço das solidariedades familiares, pensando-se em termos de transferências de renda e outras formas de trocas (CAMARANO, 2003), quanto para os conflitos e crescimento da violência intergeracional, num cenário de empobrecimento, desproteção social e precarização das condições de trabalho.

## **2.2. Breves apontamentos sobre a proteção social à velhice no Brasil atual**

O envelhecimento populacional aparece hoje como uma das questões centrais nas agendas políticas do mundo e uma preocupação para os grandes interesses econômicos e financeiros.

A preocupação política e econômica com a proteção social à velhice está relacionada às mudanças sociais que marcaram o capitalismo sobretudo a partir da década de 90. A reestruturação produtiva, a precarização do trabalho, o desemprego, novas exigências de qualificação e escolarização, modificaram profundamente o conjunto da sociedade, gerando uma complexificação das relações societárias, de sua estrutura de classes e dos contratos de gênero e geração. Ao lado dessa mudança estrutural, é importante lembrar o processo caracterizado como avanço neoliberal, que marcou e marca as formas de gestão do Estado capitalista, os quais assumem uma postura privatizante, minimizando sua atuação na garantia pública dos direitos. Esse processo foi responsável pelo desmonte dos sistemas de proteção social já consolidados no mundo capitalista e pela grande dificuldade de implementação de direitos conquistados, bem como pela consolidação de uma tendência à mobilização de recursos individuais e comunitários, especialmente da família, como fontes de proteção social.

Em termos da questão da proteção social pública ao idoso, pode-se perceber que todo esse processo de mudanças corresponde à introdução de novas concepções de políticas para essa etapa da vida.

Um ponto importante a se considerar, nesse sentido, é a influência dos organismos internacionais nas políticas sociais brasileiras destinadas a este segmento populacional. Começa-se a se gestar uma nova concepção sobre a proteção social à velhice cujas raízes encontram sua expressão rematada no documento do Banco Mundial de 1994, intitulado “Prevenir a crise do envelhecimento: políticas para proteger as pessoas idosas e promover o crescimento.” Documento que traz uma ideia que foi enunciada publicamente que é a dos riscos contidos no envelhecimento populacional, criando expectativas de um futuro de inseguranças e a ideia da aposentadoria como responsável pelo déficit público. A aposentadoria é questionada como direito nos discursos e práticas dos Estados nacionais em todo o mundo ocidental, sendo esse o eixo do desmonte das políticas sociais sob o neoliberalismo.

No Brasil, o Estatuto do idoso foi um marco na incorporação dos debates sobre direitos da população idosa na agenda política brasileira, permitindo a maior visibilidade social desse grupo. Obtivemos muitos avanços nesse sentido, como: em 1994, a Política Nacional do Idoso; em 1999, a Política Nacional de Saúde do Idoso ; em 2003, o Estatuto do Idoso; O Plano de Ação para o Enfrentamento da Violência Contra a Pessoa Idosa; a criação das Delegacias Especializadas; a implementação da Seguridade Social, com a criação do SUS e do SUAS.

No entanto, com a tendência dominante de redução do Estado no interior da onda neoliberal que marcou a década de 90, esses avanços não se efetivaram plenamente em função do sucateamento das próprias políticas e serviços e, sobretudo, da priorização, na condução dos serviços públicos, de um “modelo de proteção” baseado no ideal do envelhecimento ativo está na base de programas nascidos da iniciativa do terceiro setor e da filantropia empresarial e que vem difundindo-se como referência universal para a gestão da velhice no país (TEIXEIRA, 2008). Esses programas contribuem para a divisão de responsabilidades no trato da questão social, nomeando a família e a comunidade como responsáveis pela proteção social ao idoso, em detrimento do Estado.



### III INVESTIGANDO SERVIÇOS E TRAJETÓRIAS

#### 3.1 Apresentando os trabalhos

Entre 2016 e 2017, no âmbito do grupo de pesquisa *Desigualdades Sociais, Políticas Públicas e Serviço Social*, foram desenvolvidas algumas pesquisas sobre a questão da proteção social à velhice e as relações entre gerações. São trabalhos que versam sobre expressões importantes dessa questão na realidade contemporânea: a violência, o abrigo e a pobreza.

Começo com o trabalho de Taís Dias dos Santos (DIAS DOS SANTOS, 2016) que analisa as trajetórias de vida das mulheres idosas assistidas pelo Centro de Referência de Atendimento à Mulher Loreta Valadares/CRAMLV, tentando entender a violência de gênero e geracional, bem como o papel da rede de atendimento existente em Salvador, na superação da violência.

Dias dos Santos entrevistou duas mulheres com mais de 60 anos e em acompanhamento no Centro.

Uma das entrevistadas tem 64 anos, é casada, tem 5 filhos e um neto. Todos os filhos são casados, exceto a caçula que é solteira, tem deficiência mental e mora com ela, juntamente com seu filho. Atualmente, vive de costuras e reside em casa própria em um bairro considerado perigoso e violento da cidade de Salvador.

Outra entrevistada tem 61 anos, é natural de Salvador, é casada, tem 3 filhas e nasceu em uma família de classe média. Atualmente sobrevive com a venda de doces e salgados para eventos. Mora com seu esposo em um bairro considerado nobre.

Uma das questões abordadas pela autora é que, no caso das duas entrevistadas, a vivência de uma relação violenta é algo que se reproduziu na vida de suas ancestrais, sendo uma situação silenciada ao longo dos anos. Uma delas relata que o avô matara a primeira mulher e dormia com sua avó, tendo um machado embaixo do travesseiro como forma de ameaça constante.

Outro ponto tratado por Dias dos Santos é a discussão sobre como a violência alterou a vida de trabalho dessas mulheres. Uma das entrevistadas relatou ter passado por alguns momentos difíceis ao optar por trabalhar fora, chegando a sair escondida e sem revelar o local para o esposo, bem como enfrentando, como represália, o maltrato aos filhos. Por causa disso, essa senhora mudou de emprego várias vezes e acabou optando por trabalhar em casa para proteger os filhos.

Tratando especificamente da violência, Dias dos Santos nos mostra que as entrevistadas relataram sofrer violência doméstica (nas mais diversas formas: física, moral, psicológica e emocional, etc), por parte dos respectivos maridos durante muito tempo, desde o início do casamento, ou seja, mais de trinta anos de vivência em um relacionamento abusivo. Os agressores, durante anos, criticavam suas roupas, a comida preparada, ameaçavam com armas de vários tipos, jogavam comida e objetos, agrediam fisicamente.

A autora nos explica que, apesar de, durante essa longa trajetória de submissão à violência, essas mulheres terem buscado ajuda da polícia e outras instituições, elas ainda convivem com essa situação. Em parte, isso se dá também, em função de questões materiais e dos vínculos estabelecidos com filhos e netos, em termos de provisão e cuidado. Aí, como destaca a autora, é importante entendermos que sem uma rede de proteção, que pudesse suprir de forma efetiva as necessidades da mulher e de sua família, torna-se mais difícil a ruptura com a violência. Um dos exemplos tratados no texto é o de uma entrevistada, cuja renda advém de seu salário como costureira e que é responsável por uma filha com deficiência intelectual e pelo filho desta. Depois de ver negados os pedidos de recebimento do Benefício de Prestação Continuada/BPC<sup>1</sup> para a filha, ela desistiu e hoje essa filha tem um emprego. Acrescento, sobre isso, que essa senhora não se encontra ainda na condição de pleitear o Benefício, segundo as regras da Política de Assistência, mas, obviamente, sabemos que, do ponto de vista da justiça social e do direito, ela deveria recebê-lo.

---

<sup>1</sup> Benefício assistencial, previsto na Lei Orgânica da Assistência Social/LOAS, concedido a idosos acima de 65 anos e pessoas com deficiência de qualquer idade, desde que a renda mensal familiar per capita seja inferior a  $\frac{1}{4}$  (um quarto) do salário mínimo.

Sobre isso, Dias dos Santos apresenta relatos importantes sobre como a violência se reproduz numa espiral que envolve o medo, por elas e pelos filhos, a dependência emocional e /ou financeira, a vergonha e a carência de serviços efetivos na resolução da situação de violência e também no suporte à falta de possibilidades materiais para o início de uma nova vida, longe do agressor. Um dos relatos, nesse sentido, mostra como uma das entrevistadas tentou, algumas vezes, procurar uma instituição especializada e a polícia, mas retrocedeu, quer em função da ameaça do esposo, quer pela intervenção equivocada de um serviço que recomendou a volta para a casa. Outras vezes, houve a tentativa de ficar na casa de parentes por um tempo, mas a percepção da impossibilidade dos mesmos para assumirem essa situação.

Uma das questões para a qual o estudo aponta é, pois, a dificuldade de superação da condição de violência e, do mesmo modo, o papel do CRAMLV nesse processo.

“(…) foi encaminhada para o CR onde, segundo ela, foi bem acolhida, pois ela já estava em seu limite, sem conseguir resolver seu problema e sem saber a quem procurar. Já tinha o sentimento de que os profissionais dos equipamentos a quem havia recorrido, não estavam muito interessadas na sua história, estavam ali somente para cumprir o horário e/ou muitas vezes nem havia sigilo profissional. Quando chegou no Loreta percebeu logo a diferença e como diz ela: ‘primeiro dia que a assistente social me ouviu, pra mim eu tirei o maior peso da minha vida!’“(DIAS DOS SANTOS, 2016, p.)

Outro trabalho interessante desenvolvido no interior do grupo foi o de Nádia Carvalho (CARVALHO, 2016) que teve como objetivo analisar como é a construção do envelhecimento de idosos que vivem em uma Instituição de Longa Permanência de cunho filantrópico, tentando perceber como se dão (ou não se dão) os vínculos familiares desses idosos. Carvalho entrevistou três mulheres abrigadas.

O trabalho faz uma rica reflexão acerca dos processos que levam as pessoas a buscarem uma instituição de longa permanência, mostrando que não se trata propriamente de uma escolha, mesmo para aqueles que afirmam que estão ali por vontade própria. Normalmente, segundo ela, os idosos vão viver em um abrigo por não terem mais nenhum parente vivo da família de origem, ou por terem vínculos rompidos com a família constituída, como no

caso de cônjuges, filhos e sobrinhos. A grande contribuição do trabalho é que esses dados não são tomados de forma isolada, mas em relação a toda uma trajetória em que são consubstanciais as questões de classe, gênero e geração na definição das possibilidades de trabalho e acesso a direitos.

Assim, a autora narra, por exemplo, a história de duas empregadas domésticas, uma delas solteira, sem filhos e que morava com a sobrinha até ter um acidente vascular cerebral (AVC). A outra, uma senhora que ainda trabalhava em “casa de família”, quando também teve o mesmo problema de saúde e foi encaminhada para a instituição pelos patrões. Nesse último caso, nos deparamos com um exemplo de exploração do trabalho da mulher, muito comum e naturalizado no interior das relações sociais no Brasil, que é a exploração a que foram submetidas as trabalhadoras domésticas no país, especialmente as de gerações mais antigas. Para essas mulheres, muitas vezes, ao lado do baixo salário, das longas jornadas e da falta de proteção social, pois muitas delas nem tinham o vínculo formal, soma-se o fato de terem se dedicado toda a vida a um núcleo familiar, porque também “fazem parte da família” e, com isso, terem negligenciado a formação de outros vínculos e a busca por seus direitos. Hoje, esses são elementos que fazem toda a diferença em sua condição.

Por fim, o trabalho expõe, com clareza, a violência financeira sofrida pelas idosas e idosos abrigados que se vêem obrigados a entregarem toda a sua aposentadoria para a instituição. É importante dizer que as Instituições de Longa Permanência de cunho filantrópico são entidades que precisam ser vinculadas ao Sistema Único de Assistência Social ao prestar, sem fins lucrativos, atendimento aos beneficiários da Política Nacional de Assistência Social. Esse vínculo é estabelecido através do reconhecimento feito pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), pela inscrição no Conselho Municipal de Assistência Social ou no Conselho de Assistência Social do Distrito Federal e deve celebrar convênios, contratos, acordos ou ajustes com o poder público para a execução, garantido financiamento integral, pelo Estado, de serviços, programas, projetos e ações de assistência social.

Essas entidades filantrópicas, como o caso da ILPI em destaque, devem ser financiadas pelo poder público com direito à isenção de contribuições sociais. Além disso, como também foi detalhado no capítulo anterior, é assegurado pelo artigo 35, inciso 1o do Estatuto do Idoso que no caso de entidades filantrópicas, ou casa-lar, é facultada a cobrança de participação do idoso no custeio da entidade, sendo esta prevista - pelo Conselho Municipal do Idoso ou pelo Conselho Municipal da Assistência Social - como uma participação que não poderá exceder a 70% de qualquer benefício previdenciário ou de assistência social recebido pelo idoso. (CRAVALHO, 2016)

Também situado no campo da Assistência Social, o trabalho de Pâmela Bastos da Cruz (BASTOS DA CRUZ, 2016) se baseia em pesquisa com velhas e velhos frequentadores dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) de Salvador. Ela identificou, entre 2014 e 2016, quantas famílias, dentre as cadastradas em um CRAS da cidade, possuíam idosos. Foram contabilizadas 455 famílias cadastradas e, dentre elas, aproximadamente 24% possuíam idosos na sua composição. Cerca de 65% dessas famílias são chefiadas por pessoas idosas.

Bastos Cruz nos propõe um perfil desses idosos o qual aponta para a maioria feminina (68%) ; para a baixa escolaridade (7% sem escolaridade e 54% com o fundamental incompleto) ; para um expressivo número de idosos solteiros e para um grande número de idosos beneficiários da Assistência Social (22%, recebem o BPC, 13% já requereram o benefício e 10% recebem o Bolsa Família.

A autora entrevistou um homem e uma mulher. A mulher é solteira, negra, nasceu na cidade de Salvador, atualmente tem 66 anos e mora sozinha em um bairro populoso da cidade, estudou até o ensino médio, trabalhou com artesanato e costura, tem apenas 1 filho. Já o senhor João, possui apenas o ensino fundamental, também é soteropolitano, solteiro e mora sozinho, com 69 anos, teve 4 filhos e trabalhou sempre na "roça".

Um dos achados importantes desse trabalho é que os dois entrevistados possuem filhos, mas encontram-se afastados de um convívio afetivo e baseado em ajudas e trocas mútuas. Os relatos descrevem que esse apoio não acontece, pelo menos quando a necessidade manifesta vem dos pais. Tal afastamento, nos dois casos, é atribuído a divergências religiosas entre pais e filhos.

Assim, Bastos da Cruz nos mostra a importância do recebimento do BPC na vida desses idosos. Antes, eles recorriam à ajuda de amigos e vizinhos, contraindo algumas dívidas. O benefício se constitui em sua renda principal, sendo utilizado para suprir suas necessidades básicas, como alimentação e pagamento de contas, aquisição de eletrodomésticos e outros itens como a contratação de serviços. Esse é o caso do entrevistado que paga uma pessoa para lavar suas roupas e fazer compras de medicamentos. Já a senhora diz que ainda trabalha com artesanato para aumentar a sua renda familiar e que, graças ao BPC, pôde trocar a geladeira e a televisão que foram danificadas. Antes do BPC, a idosa era beneficiária do Programa Bolsa Família e, mesmo recebendo apenas \$67,00 afirma que esse benefício possibilitou que quitasse pequenas dívidas e ainda ajudasse a irmã que passava por dificuldades financeiras.

### **3.2 Algumas reflexões**

Os trabalhos apresentados aqui trazem inquietações para o plano teórico e político. Por meio de trajetórias específicas fomos levados a pensar sobre algumas das questões que marcam a vivência da velhice na contemporaneidade. O ângulo proposto é justamente aquele que considera, na análise do envelhecimento, as relações entre classe, gênero e geração, enquanto um importante caminho metodológico.

Do mesmo modo, a hipótese desenvolvida nos trabalhos é a de que a proteção social possível para muitos idosos no Brasil não contempla as necessidades desses sujeitos, justamente por não considerá-los em sua historicidade, como expressões de processos sociais que, justamente, carregam marcas históricas dadas pelos elementos acima mencionados: a classe, o gênero e a geração. Em outras palavras, as políticas não partem da compreensão do caráter profundo das necessidades vivenciadas pelos idosos, como traços de uma realidade social que vem se gestando há várias gerações: a pobreza, a violência e a própria exclusão em relação aos direitos sociais são traços que os idosos entrevistados conhecem desde mais jovens e que ainda não conseguiram superar. Assim, as políticas respondem de

forma pontual e fragmentada, a uma realidade que é extremamente complexa. Além das opressões de classe e gênero, a realidade dos velhos nos coloca a dimensão do tempo como marcador que permite pensar nas mudanças que ocorrem em uma longa trajetória, mas também nas continuidades postas pela vivência, durante muitos anos, em uma certa condição material. E um dos elementos mais centrais dessa materialidade social é o trabalho exercido por esses idosos e por suas famílias.

Nesse sentido, as trajetórias apresentadas pelos três trabalhos nos permitem, com certeza, afirmar que elas expressam uma dada geração de velhos trabalhadores brasileiros. São pessoas que tiveram suas vidas permeadas por um dos traços do mercado de trabalho no Brasil o qual é negligenciado pelas propostas de proteção social aos mais velhos que, atualmente, apontam o envelhecimento como um risco social. Trata-se do fato desse mercado ter sido, em sua constituição histórica, marcado por desemprego e precariedade de vínculos, traços presentes, em especial, na trajetória das mulheres. No Brasil, as mulheres que hoje são velhas se inseriram na esfera produtiva de maneira desigual, com salários menores e empregos precários. Além disso, a vida das mulheres, tanto das gerações antigas como atuais, é mais marcada por períodos de interrupção de atividades laborativas em função da necessidade de cuidar dos filhos e/ou de outros familiares dependentes. E, como os trabalhos mostraram, não raras vezes, é uma vida marcada pela violência, que também interrompe projetos profissionais.

Assim, os debates atuais sobre o envelhecimento, homogeneizados por um discurso que aponta a velhice como risco e ameaça aos cofres públicos, não consideram a precariedade do trabalho desenvolvido por esses idosos e idosas, no período de sua vida produtiva e ainda hoje, a dificuldade de acesso à riqueza social, sobretudo expressa nos direitos, bem como o fato de, ainda assim, contribuírem com as gerações mais jovens. Tem-se aí, toda uma geração de trabalhadores que não é considerada nas análises do presente e nas projeções futuras.

É interessante notar que se trata de uma geração que, não por acaso, ainda se encontra no mercado de trabalho, mesmo informalmente e/ou é

usuária da Política de Assistência Social. Vimos que, nas três situações apresentadas, o BPC aparece como uma possibilidade de obtenção de renda. Ele é lembrado na pesquisa sobre o Centro Loreta Valadares e no trabalho sobre os CRAS.

Os trabalhos revelaram uma tendência importante no interior da Política de Assistência Social que é o privilegiamento da transferência de renda e da convivência como estratégias de proteção social. Se o trabalho de Bastos, sobre o BPC, mostra a importância do recebimento da renda para alguns idosos, os trabalhos de Dias dos Santos e Carvalho, sobre a violência e abrigamento, mostram a outra face dessa Política: o investimento nos benefícios tem acontecido em detrimento de investimento público nos serviços que são previstos no texto da política, mas que não estão se efetivando na realidade. Penso aqui, especialmente, nos serviços que subsidiam a família ou a substituem como fonte de proteção social, fundamentais quando não se tem mais o vínculo familiar, rompido por vários motivos, inclusive pela violência. Na PNAS, há a previsão de vários desses serviços. Por exemplo, o Serviço de proteção social especial para pessoas com deficiência, idosas e suas famílias; o Serviço de Acolhimento em Repúblicas para idosos, o qual se destina a idosos que tenham capacidade de gestão coletiva da moradia e condições de desenvolver, de forma independente, as atividades da vida diária, mesmo que requeiram o uso de equipamentos de autoajuda; as instituições de longa permanência (ILPI's). Em Salvador, os dois primeiros serviços não foram implementadas e, dentre as ILPI's existentes, apenas uma tem caráter público, sendo várias filantrópicas. Essas últimas também recebem recursos públicos, expressando a típica parceria público-privado que tem marcado a Assistência no Brasil, minando-a em sua efetividade na garantia de direitos sociais.

Nos três trabalhos, evidencia-se também um universo de relações intergeracionais que escapam de estereótipos sobre a família como espaço necessariamente harmonioso e protetor. Percebe-se, pelos relatos, uma questão que é estudada atualmente nos debates sobre família, inclusive da classe trabalhadora. Ao mesmo tempo que permanecem as relações de reciprocidade e troca, crescem os espaços de disputa e negociação em função



do crescimento dos processos de individualização. Nesse universo de pesquisa, vemos isso claramente na forma como alguns idosos não mais têm contato com os filhos em função do plularismo religioso intrafamiliar (COUTO, 2005), de uma escolha individual que se sobrepõe ao todo familiar e define as trajetórias individuais de seus membros.

#### **IV CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Pensar a velhice no Brasil contemporâneo é lidar com a heterogeneidade e a complexidade. Mudanças econômicas, sócio-demográficas, políticas e culturais contribuíram para que o envelhecimento se tornasse, na atualidade, uma experiência diversificada e vivenciada de múltiplas formas, não mais relacionadas, necessariamente, à inatividade e dependência, como se supôs durante muito tempo, acerca dessa etapa da vida.

Contudo, ao se pensar sobre a velhice de homens e mulheres da classe trabalhadora, percebe-se uma constante em suas trajetórias. Quer tenham feito parte das gerações mais antigas de trabalhadores, ou estejam adentrando agora a casa dos sessenta anos; quer tenham trabalhado formalmente e se aposentado, quer não tenham conseguido se aposentar e recebam benefício assistencial, todos vivem algum tipo de perda de direito social e expressam, em suas vivências, faces concretas da desigualdade social no Brasil.

Esse é um grupo social que, certamente, conheceu o trabalho muito cedo, na infância ou adolescência, que atravessou a fronteira da aposentadoria e seguiu no mundo do trabalho por pelo menos alguns anos, que tem experimentado a convivência/coabitação, por alguns anos, com filhos e/ou netos, tantas vezes na condição de seus provedores, que buscou a sociabilidade extrafamiliar.

Contudo, esse grupo, que tem, pelos imperativos de sua condição, rompido com o estereótipo da inatividade e da dependência, recebe, por

parte do poder público, uma atenção que nos reenvia aos moldes da ação filantrópica. As políticas de proteção social contemporâneas apontam a família como principal fonte de apoio e proteção para os velhos. Já o papel do Estado tem sido cada vez mais minimizado na função de garantir, publicamente, os direitos sociais, função que ele compartilha com a iniciativa privada. Nessa parceria, os serviços saem do escopo do controle social e podem resvalar para a filantropia e a violação de direitos.

Assim, termino o artigo, reforçando a urgência da formação de redes de proteção aos idosos e idosas as quais sejam capazes de expressar, em sua dinâmica e serviços, as tramas sociais mais concretas por onde se (re) criam as desigualdades em nossa sociedade, tramas marcadas por relações integradas de gênero, classe, geração e etnia. Essa é uma dimensão importante no debate sobre políticas sociais, pois permite aproximação mais efetiva em relação à realidade, de sua situação complexa e diversa, que combina novos papéis e estruturas arcaicas e reprodutoras de desigualdades.

## V REFERÊNCIAS

BRASIL. Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004. Disponível em: <<http://cursos.unipampa.edu.br/cursos/servicosocial/files/2011/05/Pol%C3%AAdtica-Nacional-de-Assist%C3%AAncia-Social-PNAS1.pdf>>.

ATTIAS-DONFUT, Claudine (org.). **Les solidarités entre générations; vieillesse, familles, État**. Éditions Nathan, 1995.

BASTOS DA CRUZ, Pâmela Talita. **Velhice e Assistência Social**; uma análise dos impactos do benefício de prestação continuada na vida dos idosos acompanhados pelo Centro de Referência da Assistência Social-CRAS. Salvador: 2016. Monografia (Graduação em Serviço Social), UFBA.

CAMARANO, Ana Amélia (org). Mulher Idosa: suporte familiar ou agente de mudança? **Revista de Estudos Avançados**, v. 7, nº 49, dezembro de 2003.

CARVALHO, Nádia, C. Amoêdo. **Velhice e abrigo**; a construção do envelhecimento em Instituições de longa Permanência filantrópicas em Salvador – BA. Salvador: 2016. Monografia (Graduação em Serviço Social), UFBA.

COUTO, Maria Tereza. Gênero e comportamento reprodutivo no contexto de famílias em pluralismo religioso. In : HEILBORN, Maria Luíza ; DUARTE, Luiz Fernando Dias ; Peixoto, Clarice. LINS DE BARROS, Myriam. (orgs) **Sexualidade, família e ethos religioso**. Rio de Janeiro : Garamond, 2005.

DEBERT, Guita Grin. **A reinvenção da velhice**; socialização e processos de reprivatização do envelhecimento. São Paulo : EDUSP/FAPESP, 1999.

DIAS DOS SANTOS, Taís. **Além de rugas e cabelos brancos**; da violência velada à iniciativa de superação de mulheres idosas no Centro de Referência Loreta Valadares. Salvador: 2016. Monografia (Graduação em Serviço Social), UFBA.

GOLDANI, Ana Maria. Família, gênero e políticas: famílias brasileiras nos anos 90 e seus desafios como fator de proteção. **Revista Brasileira de Estudos da População**, v.19, nº 1, janeiro/junho de 2002.

KOHLI, Martin. **La présence de l'histoire**. In : ATTIAS-DONFUT, Claudine (org.). Les solidarités entre générations; vieillesse, familles, État. Éditions Nathan, 1995.

SARTI, Cynthia A. O valor da família para os pobres. In: RIBEIRO, Ivete. (Org.). **Família em Processos Contemporâneos**: inovações culturais na sociedade brasileira. São Paulo: Loyola, 1995.

SIMÕES, Júlio Assis. **“A maior categoria do país”**: o aposentado como ator político. In: Lins de Barros, Myriam Moraes (org.). Velhice ou Terceira Idade? Estudos antropológicos sobre identidade, memória e política. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

\_\_\_\_\_. **Entre o lobby e as ruas** : movimento de aposentados e politização da aposentadoria. Campinas: 2000. Tese (Doutorado em Ciências Sociais), Unicamp.

TEIXEIRA, Solange Maria. **Envelhecimento e Trabalho no Tempo do Capital**: implicações para a proteção social no Brasil. São Paulo:Cortez, 2008.